



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 19

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 14 DE OUTUBRO DE 2015

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	10
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	10
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	10
3. APROVAÇÃO DE ATAS	10
3.1 Reunião ordinária realizada em 8 de setembro de 2015	10
3.2 Reunião ordinária realizada em 22 de setembro de 2015	11
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	11
4.1 Ratificação do Despacho n.º 43/15 – Adenda ao Plano de Saneamento Financeiro.....	11
4.2 Acordo de Colaboração com a Fundação João Gonçalves Júnior para implementação do serviço CAF – Componente de Apoio à Família.....	11
4.3 Aceitação de Donativo – Modelo Continente Hipermercados, SA.....	12
4.4 Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Alcochete e a ABRIGO FAMÍLIAS – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)	13
4.5 Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Alcochete, a ABRIGO – Associação Portuguesa de Apoio à Criança, a Fundação do Gil e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/ULISBOA).....	14
4.6 Celebração de protocolo de cedência de espaço municipal – Capela de S. Sebastião	14
4.7 Apoio à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, no âmbito de <i>Masterclass</i> com clarinetista espanhol Justo Sanz	16
4.8 Recurso à reserva de recrutamento interna de dois postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – um na área de sinalização e um na área de higiene urbana	17
5. APOIOS FINANCEIROS.....	18
6. INFORMAÇÕES	19
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	22
ENCERRAMENTO	22

Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Alcochete e sede do Vulcanense Futebol Clube, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente da Câmara agradeceu à Direção e ao Conselho Fiscal, na pessoa dos seus presidentes, o apoio prestado quer para o atendimento, quer para a realização da reunião ordinária da Câmara.

De seguida, o senhor presidente apresentou uma informação sobre a Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcochete/Montijo, dizendo que o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIDFCI) é um documento que contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, gestão de infraestruturas, definição de zonas críticas, estabelecimento de prioridades de defesa, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

O objetivo é dotar os Concelhos de Alcochete e do Montijo de um instrumento de apoio ao planeamento e ordenamento do território florestal, sensibilização, fiscalização, vigilância, deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e ações de recuperação das áreas ardidas, operacionalizado com o Plano Operacional Municipal (POM), revisto anualmente.

A revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi elaborado de acordo com a legislação em vigor (artigo 10.º do DL 124/2006 de 28 de Junho, com alterações introduzidas pelo DL 17/2009 de 14 de Janeiro) e o guia técnico para elaboração do PIDFCI de 2012 (ICNF). Foi ainda atualizada a Carta de Ocupação de Solo 2012 (COS), instrumento importante para a estratégia de planeamento do município.

Assim, reuniu, no dia 10 de Setembro, a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcochete e de Montijo, que aprovou por unanimidade o plano referido anteriormente para o período 2015/2019.

De seguida, pelo senhor engenheiro António de Sousa Macedo, foi feita uma apresentação em *PowerPoint* sobre a Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Alcochete/Montijo.

Na discussão do referido plano foram solicitados esclarecimentos pelo senhor presidente da Câmara e pelos senhores vereadores Jorge Manuel Pereira Giro e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres.

A senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio fez uma intervenção relacionada com o acolhimento aos refugiados, explanando todo o processo que teve início com a publicação do Despacho n.º 10041-A/2015, de 3 de setembro, prosseguindo com posições da ANMP e da Supra Concelhia da Península de Setúbal, frisando que o município de Alcochete tem disponibilidade para, dentro das suas competências e daquilo que lhe for atribuído, participar na estratégia de acolhimento de refugiados, lembrando que os municípios têm reivindicado uma estratégia a nível nacional, para que cada um saiba o que fazer, quando e em que momento e quais as suas funções.

No dia 3 de setembro e por força do Despacho acima mencionado, que foi assinado por diversos Secretários de Estado, dos quais se destacam os da Segurança Social, da Saúde e o da Educação, foi constituído um grupo de trabalho para a Agência Europeia para os Migrantes. Inclui este grupo de trabalho, um representante da Direção Geral dos Assuntos Europeus, um representante do SEF,

um representante do Instituto da Segurança Social, um representante do IFP, um representante da DGS, um representante da DGE e um representante do Alto Comissariado para as Migrações.

A 3 de setembro, estava previsto que Portugal fizesse o acolhimento a cerca de mil e quinhentos refugiados. A 8 de setembro, os municípios tiveram conhecimento da posição da ANMP e uns dias depois, receberam por parte do ACM (já por força de um entendimento com a ANMP) a indicação que deveriam fazer um registo numa plataforma informática, manifestando as suas disponibilidades e as suas realidades para poder acolher refugiados, apesar de se continuar sem estratégia a nível nacional. De notar, que no espaço de um mês, se passou da disponibilidade de receber 1 500 para 4 540 e isto, a vinte e nove de setembro.

Dada a situação, no âmbito da supra concelhia (plataforma onde têm assento os vereadores dos municípios que acumulam o cargo da presidência do CLAS- Conselhos Locais de Ação Social, bem como as várias entidades da Administração Central, os quais têm representantes a nível regional, reuniram no dia 6 de outubro, com o intuito específico de tratar o acolhimento de refugiados. Por parte dos municípios foi apresentada uma moção no sentido de definir e pedir ao Governo, uma clarificação da estratégia, dada a perplexidade sentida, dado não se saber quem iria proceder ao levantamento das possibilidades e da disponibilidades das várias redes, nomeadamente, as redes da saúde, escolar, empregabilidade, habitacional. Perante as questões colocadas nem o SEF nem o ACM souberam elucidar e esclarecer os municípios.

Pergunta-se ainda, se o grupo de trabalho, formado a 3 de setembro, não deveria ter a realidade e o diagnóstico dos vários distritos e concelhos decorrido já cerca de um mês.

A 7 de outubro os municípios recebem da ANMP um formulário de manifestação de disponibilidades municipais para o acolhimento e integração dos refugiados, que deverá ser respondido até ao dia 15 de outubro (o que indica um volta-face e assim como base na assimetria de um memorando de entendimento entre a ANMP e o SEF, esta disponibilizou-se para o fazer chegar aos 308 municípios), passando

assim, a ser as câmaras a ter de informar das disponibilidades que têm no seu território, apesar de já ter sido dada indicação à Comissão Europeia.

Face a isto, serão as câmaras que irão perguntar a cada Agrupamento as disponibilidades que têm na rede? Não sabe a Direção Geral de Saúde que uma parte significativa dos portugueses, não têm médico de família? Não sabe o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e a Segurança Social detentoras de parque habitacional, das dificuldades que existem no que se refere à habitação social?

Poderá concluir-se que não existe definição com o que podem os municípios contar.

Informou também que, no dia 22 do corrente mês, irá apresentar esta panorâmica aos parceiros, querendo partilhar as suas preocupações com a qualidade do acolhimento que se pretende fazer, porque as pessoas merecem toda a solidariedade mas esta deve ter dignidade e respeito.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres referiu, a propósito do Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 494/2015, de 8 do corrente mês, referente à aplicação de 35 horas semanais na Administração Local que no passado dia 7 de outubro, o Tribunal Constitucional declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade das *“normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica (...) por violação do princípio da autonomia local, consagrado no artigo 6.º, n.º 1, da Constituição”*.

Esta decisão, que se soma a outras dos Tribunais Administrativos, vem, definitivamente, dar razão à luta que as autarquias, os seus trabalhadores e respetivas associações sindicais vêm travando há dois anos contra a ingerência do Governo na autonomia das autarquias locais e em defesa de um horário de trabalho de 35 horas semanais.

Durante estes dois anos, importa recordá-lo, o Governo:

- a) Impediu de forma ilegal o depósito e a publicação das centenas de ACEP validamente celebrados;
- b) Exerceu uma inaceitável pressão para que, em troca das 35 horas, fossem introduzidos bancos de horas e regimes de adaptabilidade nas autarquias.

O Município de Alcochete assumiu, desde a primeira hora, ao lado dos seus trabalhadores e respetivas associações sindicais, o papel que lhe cabia na defesa das 35 horas e da autonomia do Poder Local.

Cientes da justiça da nossa posição. Seguros quanto à legalidade da mesma.

Hoje o Tribunal Constitucional dá-nos razão.

Agora é claro para todos o carácter ilegal das decisões do Governo e da DGAEP que, durante dois anos, impediram o depósito e publicação dos ACEP validamente celebrados nas autarquias, incluindo no Município de Alcochete.

Esta foi uma vitória dos trabalhadores do Município de Alcochete que, com a sua persistência e confiança, tornaram possível este momento.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto informou que partilha das preocupações e dos problemas levantados pela senhora vereadora Susana Custódio

Questionou, ainda, se já se encontra resolvido o problema com a água no Passil bem como a limpeza nesta localidade.

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento manifestou o seu agrado, relativamente à disponibilidade do município de Alcochete em acolher os refugiados associando-se, assim, às preocupações manifestadas. Fica provada a falta de coordenação que sai do Governo e dos diversos atores políticos que, para o exterior afirmam que têm o cenário preparado, mas internamente, não existe nada.

A propósito da informação prestada pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres relativa à inconstitucionalidade na intromissão do Governo no que se refere às 40 horas semanais para as 35 horas, entende que há efetiva autonomia por parte dos municípios, os quais em conjunto com as entidades representativas dos trabalhadores, podem negociar e estabelecer um protocolo, relativamente à duração e horário de trabalho nos seus serviços.

Questionou (a propósito de Fundos Comunitários), se existe relacionamento entre a Lusoponte e a Câmara de Alcochete, relativamente às salinas do Samouco.

Respondendo às questões, o senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro informou que a solução para o problema da água no Passil passa por se fazerem purgas nas pontas da rede, salientando contudo, que não se têm registado reclamações. Quanto à limpeza, foi retomada, sendo assegurada por uma funcionária, que passou a trabalhar naquela localidade, à quinta-feira a tempo inteiro.

O senhor presidente da Câmara salientou que apesar de se ficar sobressaltado pelas imagens transmitidas relativas aos refugiados, as mesmas também servem para se tomar consciência da situação, frisando que o que se está a passar na Hungria é absolutamente lamentável e inaceitável. É necessário resolver os problemas nos países de origem, mas enquanto tal não acontece, a Europa deve dar o exemplo, assim como os Estados Unidos da América e todos os outros países desenvolvidos.

Salientou que existe certamente um risco subjacente a toda esta situação, mas este é um risco que corre quem tem uma cultura democrática e de acolhimento, que é completamente diferente de outras culturas xenófobas, chauvinistas e de exclusão.

Referiu também que o Acórdão do Tribunal Constitucional referido pela senhora vereadora Raquel Prazeres, já era anunciado, acrescentando que é um Acórdão demolidor no que respeita ao entendimento que a Secretaria de Estado estava a perfilhar.

Quanto aos Fundos Comunitários, informou que está a ser depurado o texto que serviu de base à apresentação das candidaturas, para maior facilidade na sua leitura e posterior apresentação em reunião de Câmara e divulgado junto da comunidade.

A Câmara defende, há muito, uma estratégia integrada de áreas que sejam, do ponto de vista de biodiversidade e do ambiente, geríveis de forma integrada, ou seja, não só as áreas que estão integradas nas Salinas do Samouco e na Fundação, como também o sítio das Hortas, o Pinhal das Areias e ainda algumas zonas húmidas, de forma a se poder gerir tudo de forma integrada, para que o território não esteja segmentado.

Mais disse, que durante uma reunião com o Dr. António Rosa, este mostrou total disponibilidade para, aproveitando os Fundos Comunitários, ou eventualmente, se os fundos e as ações não forem elegíveis no âmbito deste quadro (porque se pode verificar este risco) se encontrar um parceiro, que apoie ao nível do mecenato.

Informou, também, que está a ser depurado o texto da estratégia da apresentação das candidaturas, do qual será dado conhecimento posteriormente.

O prazo de apresentação de candidaturas por parte dos municípios terminou no dia 30 de setembro e a Câmara de Alcochete apresentou as suas o dia 29.

O senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro teceu comentários relativamente à extinção da Fundação das Salinas do Samouco, começando por lembrar que o atual Governo quis extinguir a Fundação e que para tal não acontecer foi necessário travar uma grande luta, no sentido de fazer com o que o Secretário de Estado percebesse como funcionava, de facto, a mesma.

Informou também do projeto “EVOA”, das candidaturas “LIFE 15” (a aguardar confirmação) e do projeto das Hortas Sociais que são um sucesso pelo que a Câmara tem tentado junto da Lusoponte que esta financie um outro espaço de área similar ao existente, que permitirá albergar mais 80 hortelãos.

O senhor presidente elogiou a prestação de serviço na eleição para a Assembleia da República 2015, das funcionárias Idália Bernardo, Tânia Cruz, Sónia Folgado, Maria José Cruz e do funcionário Dário Carvalho.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €850.834,44 (oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Prazeres informou que entre os dias 22 de setembro a 3 de outubro de 2015, autorizou o pagamento da despesa no montante de €682 677,16 (seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e sete euros e dezasseis cêntimos, conforme as ordens de pagamento emitidas da n.º 3014 à 3395.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

3.1 Reunião ordinária realizada em 8 de setembro de 2015

A ata da reunião ordinária, realizada em 8 de setembro, foi retirada para posterior deliberação.

3.2 Reunião ordinária realizada em 22 de setembro de 2015

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 22 de setembro, por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Ratificação do Despacho n.º 43/15 – Adenda ao Plano de Saneamento Financeiro

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 28 de setembro de 2015, foi aprovada a Adenda ao Plano de Saneamento Financeiro, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade. Os referidos documentos ficam anexos à minuta da ata como **Doc. 1.**

O senhor presidente da Câmara agradeceu e reconheceu a disponibilidade da senhora vereadora Teresa Sarmiento e do senhor vereador Vasco Pinto para a inserção deste ponto na presente reunião, apesar de já ter sido deliberado na sessão da Assembleia Municipal, que decorreu em 30 de setembro do corrente ano.

4.2 Acordo de Colaboração com a Fundação João Gonçalves Júnior para implementação do serviço CAF – Componente de Apoio à Família

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Dando continuidade à colaboração existente entre o Município e a Fundação João Gonçalves Júnior para a oferta do serviço CAF – Componente de Apoio à Família e considerando que nenhuma das partes denunciou o Acordo de Colaboração, presente neste Órgão Colegial na reunião do dia 12 de novembro de 2014 onde foi aprovado por unanimidade,

Somos a propor:

1. A autorização prévia para cabimentação orçamental da despesa, repartida por mais de um ano económico e, por isso, sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal (cf. alínea C) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), nos seguintes termos, 2015 – €42.950,52 e 2016 €77.363,41;
2. Deliberar no sentido de remeter à Assembleia Municipal para deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.3 Aceitação de Donativo – Modelo Continente Hipermercados, SA

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«A empresa Modelo Continente Hipermercados, S.A pessoa coletiva n.º 502011475, ofereceu à Câmara Municipal de Alcochete, pessoa coletiva n.º 506788490, um donativo em géneros no valor de €34.10 (trinta e quatro euros e

dez cêntimos), que foram utilizados nas comemorações da VIII Semana Sénior de Alcochete.

Pelo exposto, propõe-se a aceitação do donativo, no valor de €34.10 (trinta e quatro euros e dez cêntimos), da empresa Modelo Continente Hipermercados, S.A.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o mesmo por unanimidade.

4.4 Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Alcochete e a ABRIGO FAMÍLIAS – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

O CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) Abrigo Famílias é uma valência da Associação Portuguesa de Apoio à Criança. Constitui uma resposta social que abrange os concelhos de Alcochete e Montijo, desenvolvida através de um serviço vocacionado para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares. Tem como principais objetivos promover o fortalecimento das famílias e proteger e potenciar o bem-estar físico, psicológico e social dos seus elementos.

A Câmara Municipal de Alcochete disponibilizará no âmbito da sua capacidade, meios logísticos, técnicos, e materiais, no sentido da melhoria das boas práticas e otimização de recursos, através da celebração do protocolo, que se submete à aprovação da Câmara Municipal.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc. 2**.

4.5 Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Alcochete, a ABRIGO – Associação Portuguesa de Apoio à Criança, a Fundação do Gil e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/ULISBOA)

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«A Abrigo Investigação – Centro de Investigação em Crianças em Risco é uma estrutura/valência da Abrigo – Associação Portuguesa de Apoio à Criança. Trata-se de uma estrutura de carácter permanente, de natureza interdisciplinar, que visa promover e coordenar atividade científica no domínio dos estudos da criança em risco/perigo.

O principal objetivo da Abrigo Investigação prende-se com a promoção da cooperação, entre as instituições parceiras visando a realização conjunta de atividades de natureza académica, científica, técnica, pedagógica e cultural, em áreas de interesse comum, sobretudo, no âmbito do apoio à criança, na constituição de um observatório de vigilância e intervenção e na prossecução de outros espaços de intervenção local e regional no domínio do apoio à criança.

A Câmara Municipal de Alcochete disponibilizará somente apoio técnico, logístico, material e humano de suporte ao funcionamento da Abrigo Investigação, através da celebração do protocolo, que se submete à aprovação da Câmara Municipal.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc. 3**.

4.6 Celebração de protocolo de cedência de espaço municipal – Capela de S. Sebastião

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«Foi solicitado pela Paróquia Ortodoxa Romena “São Basílio” de Setúbal a utilização da Capela de São Sebastião para a celebração de serviços religiosos ortodoxos.

A Paróquia Ortodoxa Romena “São Basílio” é uma associação civil com fins religiosos, oficialmente constituída como pessoa coletiva em 2010, mas surgida de facto e ativa dentro da comunidade romena do distrito de Setúbal desde 2007.

A organização religiosa tem um ponto de celebração e de encontro da comunidade romena na Capela em causa, e durante estes anos tem assumido a realização de diferentes atividades culturais, informativas e de carácter humanitário, nomeadamente, ações de voluntariado, conferências, miniconcertos, recolha de alimentos e vestuário para famílias carenciadas.

A igreja Ortodoxa Romena é uma Igreja Cristã reconhecida pela Igreja Católica como “Igreja Irmã”. Os membros de ambas as igrejas professam a mesma fé, embora por razões históricas estejam separadas. Apesar do espaço em questão estar reservado ao culto religioso católico, não existe oposição da parte da Diocese de Setúbal relativamente ao pedido da Paróquia Ortodoxa.

Devido à importância do local para a comunidade ortodoxa romena, a paróquia pretende estabelecer a sua sede na Capela de São Sebastião, visando prosseguir os mesmos objetivos servindo, igualmente, como morada oficial para a receção de correspondência.»

Propõe-se, desta forma, a celebração do protocolo incluso, que se submete à aprovação da Câmara Municipal.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc. 4**.

4.7 Apoio à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, no âmbito de Masterclass com clarinetista espanhol Justo Sanz

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Uma das preocupações da Câmara Municipal de Alcochete prende-se com o apoio e incentivo à cultura e ao movimento associativo. Neste sentido estão regulamentados um conjunto de apoios com vista ao estímulo e incentivo da ação associativa do concelho, nomeadamente através de utilizações gratuitas (ou com taxas reduzidas) de equipamentos de gestão municipal.

Entre os dias 6 e 8 de novembro, a Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898 vai realizar uma *Masterclass* com o clarinetista espanhol da Orquestra de Madrid, Justo Sanz, sendo que uma das intenções da Sociedade Imparcial com esta *Masterclass* é a realização de um concerto de encerramento da atividade a realizar no dia 8 de novembro.

Pese embora esta utilização não estar enquadrada no Regulamento Municipal de Taxas nem na deliberação extraordinária, tida em reunião de câmara de 21 de janeiro, entendemos tratar-se de uma atividade de enorme importância para a escola e banda de música da Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898, pois terão a oportunidade de tocar e ver tocar um músico de exceção internacional.

Neste sentido, propomos excepcionalmente a cedência gratuita do auditório do Fórum Cultural de Alcochete à Sociedade Imparcial 15 de janeiro de 1898 para que este concerto se possa realizar, no próximo dia 8 de novembro, pelas 17:30 horas, estando este apoio estimado no valor de €429,42 (quatrocentos e vinte e nove euros e quarenta e dois cêntimos).»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o mesmo por unanimidade.

4.8 Recurso à reserva de recrutamento interna de dois postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – um na área de sinalização e um na área de higiene urbana

Pela senhora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. De acordo com a manifestação dos serviços, se verifica a necessidade urgente e permanente de ocupação de dois postos de trabalho, um na área de sinalização, outro na área de higiene urbana, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;
2. De entre as necessidades levantadas, existem no Município as correspondentes listas unitárias de ordenação final válidas até 28/02/2017;
3. Neste sentido, deverão tais necessidades ser satisfeitas com recurso às reservas constituídas no próprio organismo, na medida em que, existem postos de trabalho vagos no mapa de pessoal do Município, para os lugares em questão, e está prevista a consequente orçamentação da despesa;

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nas referidas áreas de atividade, torna-se imprescindível o recrutamento daqueles postos de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 113/2015, e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento excecional de dois trabalhadores, com recurso às referidas reservas de recrutamento internas dos procedimentos concursais supra mencionados, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nomeadamente nas áreas de:

- Um posto de trabalho da carreira /categoria de assistente operacional, área de sinalização;
- Um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, área de higiene urbana.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o mesmo por unanimidade.

5. Apoios Financeiros

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi apresentada a seguinte proposta:

– Apoio financeiro – Grupo de Forcados Amadores de Alcochete

«Enquanto entidade responsável pela gestão da administração do território, a Câmara Municipal tem como premissa o apoio e estímulo às atividades do movimento associativo.

Conscientes de que as associações e coletividades têm um papel fundamental na vida dos cidadãos, ao nível do desenvolvimento de atividades de natureza lúdica, recreativa e cultural, compete à autarquia desenvolver esforços para que estas manifestações culturais locais ganhem força e ganhem consistência na vida quotidiana da nossa comunidade.

O movimento associativo vive atualmente, a par de toda a sociedade, fortes constrangimentos financeiros que são muitas vezes fatores que afetam negativamente a prossecução do trabalho que desenvolvem, podendo hipotecar até a sua própria sobrevivência enquanto entidade.

Recentemente esta Câmara Municipal tem vindo a reunir com o movimento associativo cultural e apresentou uma proposta a estas entidades que visa

encontrar um equilíbrio entre as possibilidades da autarquia bem como as responsabilidades de cada uma das associações e coletividades.

É neste propósito, e após a definição de uma estratégia que foi comumente aceite, que a Câmara Municipal, numa perspetiva de promover e estimular o importante trabalho que o movimento associativo desenvolve no território, propõe, ao abrigo do RAMA – Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (atividades regulares) a atribuição do seguinte subsídio pecuniário:

- Grupo de Forcados Amadores de Alcochete: €2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta apresentada, por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Vasco André Marques Pinto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

6. Informações

Pelo senhor presidente foi prestada a seguinte informação:

– Minuta da Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30 de setembro de 2015

O senhor presidente da Câmara deu conhecimento do teor das deliberações tomadas na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30 de setembro de 2015, através da minuta da ata.

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi prestada a seguinte informação:

– Comemorações dos 500 Anos do Foral de Alcochete – agosto e setembro

«1. Atividades para o público em geral

. Exposição *O Foral Manuelino de Alcochete*

Exposição de divulgação do foral manuelino, invocando a crescente importância deste território naquela época e a génese deste concelho.

Local: núcleo sede do MMA

Públicos: 60

. Exposição *Trajes Quinhentistas*

Exposição constituída por 12 trajes concebidos com o objetivo de encenar a embaixada que o rei D. Manuel I enviou a Roma, a 12 de março de 1514, ao Papa Leão X.

Trajes populares, trajes de nobres e damas, de um jesuíta e capitão-mor, de um humanista, de um pajem e de uma belíssima réplica do traje de D. Catarina de Áustria.

Local: núcleo de arte sacra do MMA

Públicos: 142

. Exposição *Alcarte 2015*

Exposição coletiva de pintura, desenho, escultura e fotografia, este ano subordinada ao tema *Alcochete: 500 anos de história*.

Local: galeria municipal dos Paços do Concelho

Públicos: 1700

. Workshop *O Xadrez ao Longo dos Tempos*

Neste workshop o professor de xadrez Vítor Mira e António Bravo, presidente da Associação de Xadrez de Setúbal, conduziram os participantes num périplo pela história desta arte, desde a sua origem até à atualidade. No final, o público participou num jogo de xadrez em simultâneo.

Local: Biblioteca de Alcochete

Dia: 19 de setembro

Públicos: 15

. Música *Charamelas del-Rey*

Música festiva do século XVI interpretada por um quarteto de sopros e percussão. No concerto, o público foi convidado a acompanhar os músicos num percurso por diversos espaços (dos Paços do Concelho ao núcleo de arte sacra do Museu Municipal), com paragens em determinados pontos de escuta onde foram interpretadas peças musicais renascentistas apresentadas pelo grupo Il Dolcimelo.

Local: Núcleo Antigo da vila de Alcochete

Dia: 27 de setembro

Públicos: não contabilizados

. Visita orientada à exposição *Trajes Quinhentistas*

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo realizou-se uma visita orientada à exposição *Trajes Quinhentistas*, destinada ao público em geral.

Local: núcleo de arte sacra do MMA

Dia: 27 de setembro

Públicos: 24

2. Atividades de serviço educativo

. Contador pedagógico *À descoberta do Foral (pais e filhos)*

Rui Boto, chanceler-mor e Fernão de Pina, cavaleiro da Casa Real, apresentam aos pais e filhos o contador pedagógico, que é mote para a descoberta do Foral atribuído à vila de Alcochete pelo rei D. Manuel I.

Dentro da réplica de um contador consta informação diversa sobre o Foral, materiais e objetos com ele relacionados, que permitirão conhecer melhor aspetos como a alimentação, as atividades económicas e a sociedade na vila de Alcochete, no tempo d'O Venturoso. O objetivo é que as duas personagens históricas forneçam pistas para que todos os participantes se envolvam e mergulhem no conhecimento da história local.

Local: núcleo sede do MMA

Sessões: 1

Públicos: 9

N.º de Públicos – Total: 1950»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a intervenção do senhor António Matos, em nome da Direção da coletividade, agradeceu a realização da reunião e informou que a mesma estará à disposição da Câmara para esta e outras iniciativas.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 00:05 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Colho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.